

Capital lança edital de R\$ 2,5 milhões ao Carnaval 2027

Edital selecionará até 100 grupos; inscrições até o dia 20 de outubro

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo anunciou a destinação de R\$ 2,5 milhões a blocos de carnaval de rua para 2027. O edital, publicado nesta sexta-feira (9) pela Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, prevê selecionar até 100 projetos, com repasse de R\$ 25 mil para cada um dos blocos. Metade das vagas está reservada a pessoas físicas, permitindo a inscrição de coletivos sem CNPJ.

As inscrições foram abertas às 13h desta sexta-feira e seguem até as 23h59 de 20 de outubro de 2026, pelo site smceditais.prefeitura.sp.gov.br. Cada proponente pode apresentar apenas um projeto. O chamamento contempla a participação de blocos novos e de pequeno porte, desde que atendam às condições estabelecidas para a seleção.

Na modalidade destinada a pessoas físicas, quem fizer a inscrição deverá representar

o coletivo por meio de procuração dos demais integrantes. Os microempreendedores individuais (MEIs) também terão de concorrer como pessoas físicas, conforme as regras divulgadas pela administração municipal.

A divisão prevê 50 vagas para cada modalidade. Se uma delas não tiver projetos suficientes para preencher esse total, as vagas disponíveis poderão ser direcionadas à outra categoria. A transferência deverá respeitar a ordem de classificação das propostas, sem alterar o limite de até 100 blocos contemplados.

Uma comissão especial com até dez integrantes será responsável por avaliar os projetos. O grupo terá a presidência de um servidor efetivo e contará também com representantes da sociedade civil com experiência na área cultural. A divulgação dos pré-selecionados tem prazo de 30 dias, que poderá ser prorrogado por mais 30.



Blocos de rua brincam o carnaval de São Paulo em frente ao Parque Ibirapuera

A análise será dividida em seis critérios e poderá alcançar 100 pontos. Identidade cultural e proposta artística, planejamento e capacidade de execução e viabilidade orçamentária valerão até 20 pontos cada. Acessibilidade e sustentabilidade, assim como mobilização e organização do desfile, terão até 15 pontos cada. O histórico do bloco apresentado responderá pelos dez pontos restantes.

Para avaliar a organização do desfile, a comissão considerará a previsão de público, o trajeto e as condições de concentração e dispersão dos participantes. Propostas que receberem menos de 50 pontos na nota final serão eliminadas. A desclassificação

também ocorrerá quando o projeto não pontuar em qualquer um dos seis critérios.

Se houver empate, a comparação seguirá três critérios, nesta ordem: identidade cultural e proposta artística, acessibilidade e sustentabilidade e viabilidade orçamentária. As notas dadas nesses itens definirão a prioridade entre propostas que tiverem a mesma pontuação final.

O pagamento será feito em parcela única, depois da habilitação dos selecionados e da assinatura do termo de execução cultural. Os blocos poderão usar até 20% do valor recebido pela Prefeitura para reembolsar despesas que já tenham sido pagas com recursos próprios, observadas

as condições do edital.

A prestação de contas começará com um relatório que demonstre o cumprimento do projeto. Fotos, vídeos e materiais de divulgação deverão acompanhar o documento, a ser entregue em até 120 dias após o fim da vigência do termo. Um relatório financeiro poderá ser solicitado nas hipóteses previstas no chamamento, como falta de comprovação da execução ou denúncia de irregularidade.

O edital segue a Lei Federal nº 14.903/2024, que estabelece regras para o fomento à cultura. O apoio aos projetos integra a organização do Carnaval de rua, que envolve a limpeza, segurança e atendimento de saúde nos circuitos.

Depois de décadas, Cine Rosário reabre em 2028

Da Redação

O Cine Rosário, no Edifício Martinelli, no centro de São Paulo, tem reabertura prevista para 2028, após mais de 70 anos sem funcionar. O Grupo Tokyo estima investir R\$ 25 milhões na recuperação do espaço, inaugurado em 1929 e fechado em 1955. A proposta é retomar as exhibições de filmes e receber também peças de teatro e outras apresentações artísticas.

O cronograma para reinaugurar depende da aprovação do projeto pelos órgãos de preservação do patrimônio histórico. Depois dessa etapa, a estimativa é que as obras durem cerca de 18 meses. O espaço passa por estudos para identificar os elementos remanescentes da antiga sala e avaliar quais partes pode-

rão ser restauradas e incorporadas à nova estrutura.

A instalação deverá ocupar a área do cinema original, distribuída entre o térreo e o subsolo do edifício Martinelli, com entrada pela avenida São João. A capacidade será inferior à de aproximadamente mil espectadores que o Rosário recebia no passado. A redução está relacionada à adequação às exigências atuais de acessibilidade, segurança e conforto do público.

O projeto prevê equipamentos para projeção digital e exibição de filmes em película de 35 milímetros. A programação terá curadoria própria, com sessões de clássicos, retrospectivas e debates temáticos. Também estão previstos lançamentos, sessões especiais e encontros com diretores, artistas e convidados,



Como deve ser a sala de cinema do Cine Rosário em Projeção 3D

além de atividades de teatro.

As intervenções preliminares revelaram vestígios da decoração original. A retirada de forros de gesso instalados posteriormente permitiu localizar pinturas e outros ele-

mentos no teto. A recuperação deverá considerar o estado de conservação dessas estruturas, ao mesmo tempo que o ambiente será adaptado para voltar a receber espectadores.

Durante seu funcionamen-

to, o Rosário integrou a Cinelândia Paulistana, região do centro que concentrava salas de exibição. Entre os cinemas associados a esse circuito estão o Art-Palácio, inaugurado em 1936, e o Marabá. O Rosário manteve suas atividades por mais de duas décadas, até encerrar as sessões em meados dos anos 1950.

A reabertura integra o Epi-centro, iniciativa do Grupo Tokyo voltada à recuperação e ocupação de edifícios históricos da região central da capital paulista (que também terá a nova sede do Governo do Estado). O plano inclui usos culturais para esses imóveis. Em 2023, a empresa venceu a licitação para explorar áreas do Martinelli por meio de uma concessão com prazo de 15 anos. A sala combinará cinema e artes cênicas.